

**CONSELHO DE ARQUITETURA E
URBANISMO DO MARANHÃO - CAU/MA**

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020**

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO MARANHÃO - CAU/MA

Demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Conteúdo

- **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis**
- **Balanço patrimonial**
- **Balanço financeiro**
- **Balanço orçamentário**
- **Demonstração das variações patrimoniais**
- **Demonstração dos fluxos de caixa**
- **Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

**Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis****Em 31 de dezembro de 2020 e 2019****(Em Reais)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO MARANHÃO - CAU/MA**1. Informações Gerais**

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Maranhão - CAU/MA, criado pela Lei nº 12.378/2010 tem como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado à Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização estabelecidas em seu Regimento Interno. A Entidade goza de isenção tributária, com base na Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB de 1988 art. 150 Inciso VI.

O Conselho está localizado na Rua dos Abacateiros, nº 28, Quadra 04, São Francisco, CEP: 65.076-010, São Luis - MA.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis**2.1. Base de preparação**

As Demonstrações Contábeis estão fundamentadas na Lei nº 4.320/64 e em consonância com o Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público, aprovada pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 06/18, e Portaria STN nº 877 de 18/12/2018, 8ª edição, e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público conforme NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, NBC TSP 07, NBC TSP 11 e NBC TSP 16.

2.2. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível.
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da entidade.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas



Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (*Nota 3.4*), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (*Nota 3.2.1*) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (*Nota 3.8*). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitens 3.2.1 e 3.2.2), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

- a) **Implantação de política contábil em 2017** - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/MA procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2020.
- b) **Base de mensuração** - Média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2020.



Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

- c) **Julgamento pela aplicação** - Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/MA, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “*impairment*”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/MA segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>	<u>Valor residual</u>
Móveis e utensílios	10	10%
Veículos	5	10%
Máquinas e equipamentos	5	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Biblioteca	0	0%
Obras de arte	0	0%
Utensílios de copa e cozinha	5	10%
Sistemas de processamento de dados	10	10%
Instalações	10	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor



Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 13.

- **Implantação de política contábil em 2017** - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/MA procedeu ao registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2017.
- **Base de mensuração** - O CAU/MA adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.



Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de Risco Financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

**Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis****Em 31 de dezembro de 2020 e 2019****(Em Reais)**

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

- a) **Risco de Crédito:** O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

- I. com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e
- II. com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

- b) **Risco de mercado:** O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

- c) **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro. A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Banco conta movimento	46.210	25.658
Aplicações financeiras	150.337	22.932
	196.547	48.590

**Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis****Em 31 de dezembro de 2020 e 2019****(Em Reais)**

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos de curto prazo

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Créditos de anuidades do exercício	464.586	391.124
Créditos de anuidades de exercícios anteriores	954.161	662.277
(-) Provisão para devedores duvidosos	(972.203)	(762.950)
	<u><u>446.544</u></u>	<u><u>290.450</u></u>

A Entidade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada.

Os créditos de curto prazo, apresentados na tabela acima mostra uma elevação significativa em relação ao exercício anterior, isso se deve ao aumento de parcelamentos e a quantidade de novos profissionais e a reversão de provisão para devedores duvidosos que houve após nova análise no quadro hoje existente.

7. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Disponibilidade em Transito	1000	-
IRRF s/ Aluguel a Compensar	104	103
Vale Transporte	-	(117)
Devedores Diversos	598	598
Banco do Brasil	1.943	1.943

Os créditos acima, referem-se as contas transitórias com compensação nos meses subsequentes, são contas de adiantamento.

8. Créditos a Longo Prazo

**Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis****Em 31 de dezembro de 2020 e 2019****(Em Reais)**

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Créditos de anuidades em Dívida Ativa Administrativa	166.230	249.425
	<u>166.230</u>	<u>249.425</u>

9. Imobilizado

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

			<u>Líquido</u>	
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação Acumulada</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Móveis e utensílios	58.416	(40.833)	17.582	22.403
Máquinas e equipamentos	11.323	(10.021)	1.302	1.302
Utensílios e copa e cozinha	749	(663)	86	86
Veículos	76.000	(59.850)	16.150	23.988
Equipamentos de Processamento de dados	53.769	(36.425)	17.345	4.028
Total	<u>200.257</u>	<u>(147.792)</u>	<u>52.465</u>	<u>51.805</u>

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

**Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis****Em 31 de dezembro de 2020 e 2019****(Em Reais)**

	31/12/2019	Adições	Baixas	Depreciações	31/12/2020
Sala	156.384	-	-	(6.720)	149.664
Móveis e Utencílios	22.403	-	-	(4.820)	17.592
Máquinas e Equipamentos	1.302	-	-	-	1.302
Utencílios de Cozinha	86	-	-	-	86
Veículos	23.988	-	-	(7.838)	16.150
Equip. de Procec. De Dados	4.028	13.520	-	(203)	17.345
TOTAL	208.189	13.520	-	(12.860)	202.129

10. Fornecedores a pagar

	2020	2019
Prestação de serviço	2.026	1.651
	2.026	1.651

11. Provisões a Curto Prazo

Descrição	2020	2019
Férias	94.277	73.546
INSS	13.042	10.017
FGTS	7.485	6.738
PIS/PASEP	1.019	743
Total	115.823	91.044

Provisões de férias e encargos acumulados no exercício para pagamento e baixa em exercícios seguintes.

12. Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Descrição	2020	2019
❖ COSIRF	100	96

**Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

Total	100	96
--------------	------------	-----------

13. Obrigações de Repartição a Outros Entes

<i>Descrição</i>	2020	2019
❖ Obrigações de Repartição a Outros Entes	167	167
Total	167	167

14. Provisões a Curto Prazo

<i>Descrição</i>	2020	2019
❖ Provisões a Curto Prazo	-	-
Total	-	-

15. Demais Obrigações a Curto Prazo

<i>Descrição</i>	2020	2019
INSS	2.487	2.378
IRRF	6.505	6.240
ISS	642	746
Contribuição Sindical – Anual	1.479	1.479
Total	11.113	10.843

16. Provisão para riscos processuais

Para o ano de 2020 o Conselho não foi acionado judicialmente, por este exposto, não temos causas prováveis, tão pouco possíveis que mereçam destaque em Nota Explicativa. Conforme orientado pela NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

17. Patrimônio Líquido

**Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis****Em 31 de dezembro de 2020 e 2019****(Em Reais)**

Descrição	2020	2019
Resultado do Exercício	190.688	93.487
Resultado de Exercícios Anteriores	697.107	603.620
Patrimônio Líquido	887.795	697.107

18. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2020 não possuía coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/MA, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2020 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

19. Variação Patrimonial Diminutiva

Descrição	2020	2019
Despesa com Pessoal	695.073	675.017
Despesa Uso de Material de Consumo e Serviços	348.166	430.132
Depreciação, Amortização e Exaustão	19.377	23.444
Transferências Intergovernamentais	32.576	72.791
Redução a Valor Recuperável a Ajustes para Perdas	209.253	97.252
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
Total	1.304.445	1.298.636

20. Variação Patrimonial Aumentativa

Descrição	2020	2019
Contribuições	863.687	720.899
Exploração e vendas de Bens, Serviços e Direitos	395.046	393.355
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	41.161	40.412
Transferências Recebidas	194.973	237.081
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	266	376
Total	1.495.133	1.392.123

21. Despesas por natureza

**Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis****Em 31 de dezembro de 2020 e 2019****(Em Reais)**

Classificação	2020	2019
Pessoal	670.294	665.276
Material de Consumo e Serviços	13.983	12.060
Serviços de Terceiros - Pessoa Física	70.505	94.658
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	245.364	294.486
Encargos Diversos	19.314	18.888
Transferências Correntes	33.576	72.791
Investimentos	13.520	-
Total	1.065.556	1.158.159

22. Receitas por natureza

Classificação	2020	2019
Receitas de Contribuições	562.998	495.088
Receitas de Serviços	395.046	393.355
Receitas Financeiras	59.699	60.612
Transferências Correntes	191.810	229.097
Outras Receitas Correntes	3.429	8.540
Total	1.212.982	1.186.692

23. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

**Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

	2020	2019
Resultado Patrimonial		
Varição Patrimonial Aumentativa (Receita)	1.495.133,16	1.392.123,19
(-) Varição Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(1.304.445,54)	(1.298.635,87)
(=) Superávit Patrimonial Apurado	190.687,62	93.487,32
Resultado Orçamentário		
Receita Orçamentária Arrecadada	1.212.982,17	1.186.692,21
(-) Despesas Empenhadas	(1.065.556,28)	(1.298.635,87)
(=) Superávit Orçamentário Apurado	147.425,89	28.533,05
Resultado Financeiro		
Saldo Disponível Apurado	196.547,11	48.589,91
(-) Passivo Financeiro	(129.228,68)	(103.801,58)
(=) Superávit/Déficit Financeiro Apurado	67.318,43	(55.211,67)

24. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2019, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Complexo das atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	0
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para 02 veículos	4.259
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	0
Lucros cessantes	Não realização de lucros decorrentes de danos materiais	0
		4.259

**Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis****Em 31 de dezembro de 2020 e 2019****(Em Reais)**

25. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

26. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020.

São Luís/MA, 31 de dezembro de 2020.